

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DA CADEIRA DO

2.º ANNO

DO CURSO DE BACHARELADO

3.ª Cadeira — **Direito Publico Constitu-**
cional 3

PELO DOCENTE-LIVRE, EM EXERCICIO

Prof. Dr. *Samuel MacDowell Filho*



ANNO 1938

Faculdade de Direito do Recife

PROGRAMA DE ENSINO

DA CADEIRA DO

2.º ANNO

DO CURSO DE BACHARELADO

3.ª Cadeira — **Direito Publico e Constitu-
cional** 3

PELO DOCENTE-LIVRE, EM EXERCICIO

Prof. Dr. *Samuel MacDowell Filho*



ANNO 1938



SEGUNDO ANNO

TERCEIRA CADEIRA

Direito Publico e Constitucional

1. A disciplina da cadeira. Seu objecto e methodologia.
-

I

PRINCIPIOS DE DIREITO PUBLICO

2. Conceito do Estado. Sua legitimidade. Seus elementos constitutivos.
3. Genese e evolução do Estado. Suas formas. Principaes typos historicos.
4. Poderes e funções do Estado. Seus órgãos. Regimen representativo.
5. Governo. Suas formas. A administração. Centralização e descentralização.
6. Constituição. Seus typos. Sua technica e hermeneutica.

7. A ordem jurídica e os equilíbrios constitucionaes. O direito social, os direitos individuaes e as liberdades publicas.

II

ESTUDO DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

8. Regimen constitucional no Brasil. Constituição de 25 de Março de 1824. Acto Adicional.
9. Transição da Monarchia para a Republica. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.
10. Revolução de Outubro 1930. Decreto institucional do Governo Provisorio, de 11 de Novembro de 1930. Codigo dos Interventores. Constituição de 16 de Julho de 1934. Suas emendas.
11. Constituição de 10 de Novembro de 1937. Seu ambiente historico. Suas fontes e espirito. O interregno constitucional.
12. Organização nacional. A União e os Estados. Regimen das suas relações jurídicas. O principio federativo. Principios de observancia obrigatoria na organização dos Estados. A autonomia municipal. O districto Federal e os Territorios.
13. Discriminação da competencia entre a União, os Estados e os Municipios. Poderes explicitos e implicitos. Serviços federaes, estaduaes e municipaes. Intervenção.
14. O systema representativo na Constituição Brasileira. Exercício do poder politico pelo po-

vo. O suffragio. O nucleo eleitoral municipal. Os collegios eleitoraes. O plebiscito.

15. Os orgãos do Poder. Relações entre si. A doutrina da divisão dos poderes e a Constituição Brasileira.
16. O Poder Legislativo. Seus orgãos. O Parlamento Nacional: Camara dos Deputados e Conselho Federal. Conselho de Economia Nacional. Respectivas composição, funcionamento e competencia. Immunidades e responsabilidade. Competencia legislativa, directa e delegada, do Presidente da Republica.
17. Processo de elaboração das leis e resoluções e particularmente do orçamento. O véto. O fundo e a forma da lei. A lei, o regulamento, o decreto-lei.
18. O Poder Executivo. O Presidente da Republica, autoridade suprema. Condições de investidura. Atribuições e prerogativas. Responsabilidade. Os Ministros de Estado.
19. Orgãos de cooperação nas actividades governamentaes. Cabimento desse qualificativo no actual systema constitucional. Ministerio Publico. Tribunal de Contas. Conselhos technicos. Função consultiva e julgadora. Limites da jurisdicção administrativa.
20. A função publica. Funcionarios civis e militares. Condições de investidura e exercicio legal. Garantias. O estatuto dos funcionarios publicos.
21. O Poder Judiciario. Seus orgãos. Garantias dos seus membros e das suas decisões.

22. Supremo Tribunal Federal. Justiça dos Estados, do Districto Federal e dos Territorios. Justiça Militar. Sua organização. Composição e competência. O problema do Jury.
23. A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso ordinario e extraordinario. Limites do controle judicial.
24. O individuo perante a Constituição. Nacionalidade e Cidadania. Acquisição e perda da nacionalidade. Acquisição, suspensão e perda dos direitos politicos.
25. Direitos e garantias individuaes. Os direitos do homem. Trichotomia constitucional. Liberdade, segurança pessoal, propriedade. Restricções expressas no exercicio dos direitos individuaes e poder de policia. A pena de morte.
26. Ordem moral e espiritual. A familia. A educação e a cultura.
27. Ordem economica. Condições da intervenção do Estado. Normas geraes assecutorias do fomento e da justa retribuição do trabalho e da actividade economica. Nacionalização e estadição das actividades economicas. A immigração.
28. Organização syndical e corporativa dos agentes da produção. Produção intellectual e material. As corporações como orgãos do Poder Publico. Regimen corporativo e socialismo.
29. Normas especiaes sobre a legislação do trabalho. Assistencia social: protecção actual e previdencia. A Justiça do Trabalho.

30. Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergencia. Estado de guerra. Leis de segurança.
31. Relações da Igreja e do Estado. Emenda, modificação e reforma da Constituição; seu processo.

Faculdade de Direito do Recife, em 5 de Março de 1938.

Samuel MacDowell Filho,

Livre-docente no exercício da cadeira.



CURSO DE BACHARELADO

HORARIO DAS AULAS

1.º Anno MATERIAS	PROFESSORES Doutores	DIAS E HORAS Salas 1 e 3					
		2a	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad.
Introdução à Sc. do Direito Economia Politica Direito Romano	J. J. Almeida	14	14	14	14	14	14
	Alfredo Freyre A. Chateaubriand	15	15	15	15	15	15
2.º Anno MATERIAS	PROFESSORES	2a	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad. Sala 2
Direito Civil Direito Penal D. Constitucional S. das Finanças	Dr. Gondim Neto		14		14		14
	Dr. Octavio Tavares	10		10		10	
	A. Magalhães	9		9		9	
	Dr. Luiz Guedes		9		9		9
3.º Anno MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad. Sls. 2 e 3
Direito Civil	Dr. Andrade Bezerra	13		13		13	
Direito Penal D. Commercial	Dr. Joaquim Amazonas		14		14		14
D. P. Internacional	Dr. Odilon Nestor	8		8		8	
			15		15		15
4.º Anno MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a	4a.	5a.	6a.	Sabad. Sls 1 e 4
Direito Civil D. Commercial D. J. Civil Medicina Legal	Dr. Soriano Neto	11		11		11	
	S. Rego Barros		8		8		8
	Dr. Mario Castro	9		9		9	
	Dr. Edgar Altino		15		15		15 Sala 4
5.º Anno MATERIAS	PROFESSORES	2a.	3a.	4a.	5a.	6a.	Sabad. Sala 5
Direito Civil	Dr. J. G. C. Gondim Filho	10		10		10	
D. J. Civil D. J. Penal	Dr. Pedro Palmeira		10		10		10
	Dr. Genaro Guimarães	8		8		8	
D. Administrativo	Dr. Annibal Freire	11		11		11	
D. Int. Privado	Dr. Loreto Filho		11		11		11
D. Industrial			13		13		13

Aprovado em sessão do Conselho Technico Administrativo de 29 Janeiro de 1938
Secretaria da Faculdade de Direito do Recife em 29 de Janeiro de 1938

Jayme Requeira Costa
SECRETARIO